

## Estrutura dos serviços públicos é decisiva no combate ao trabalho escravo no Brasil

O Brasil registrou, em 2025, o maior número de denúncias de trabalho escravo e de situações análogas à escravidão desde o início da série histórica, conforme dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), divulgados nesta sexta-feira (9). Ao longo do ano, foram contabilizadas 4.515 denúncias, um aumento de cerca de 14% em relação a 2024, quando o país já havia alcançado um recorde anterior.

As denúncias abrangem diversas formas de exploração, incluindo trabalho escravo infantil e casos envolvendo adultos submetidos a jornadas exaustivas, condições degradantes, servidão por dívida e restrição de liberdade — práticas que configuram crime segundo o Artigo 149 do Código Penal. O trabalho análogo ao de escravo é caracterizado quando o trabalhador é submetido, de forma isolada ou conjunta, a cerceamento de liberdade, condições degradantes, jornadas exaustivas ou servidão por dívida.

Os dados evidenciam uma tendência de crescimento contínuo. Em pouco mais de uma década, o número de denúncias mais que dobrou. Somente em janeiro de 2025, foram registrados 477 casos, o maior número mensal desde a criação do serviço de recebimento de denúncias, em 2011.

Apesar do aumento das notificações, especialistas e entidades que atuam na defesa dos direitos humanos destacam que esse crescimento também reflete o fortalecimento dos serviços públicos de fiscalização, proteção social e canais de denúncia. Onde o Estado está presente, estruturado e com servidores valorizados, a prá-



tica tende a ser identificada, combatida e, consequentemente, reduzida.

Experiências acumuladas ao longo dos anos demonstram que a queda de casos em determinados períodos ou regiões não ocorre de forma espontânea, mas está diretamente ligada à atuação de políticas públicas eficazes, conduzidas por servidores públicos capacitados e comprometidos. Auditores fiscais do trabalho, assistentes sociais, conselheiros tutelares, profissionais da saúde, da assistência social e da segurança pública exercem papel central na identificação das violações e no acolhimento das vítimas.

Levantamentos anteriores apontam que milhares de trabalhadores já foram resgatados em operações de fiscalização, especialmente nos setores da construção civil e do agronegócio. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que, em 2024, 2.186 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão. Os números de 2025 ainda não foram divulgados. Desde 1995, mais de 65 mil pessoas foram libertadas dessa situação no país.

Nesse contexto, a valorização dos servidores públicos se mostra essencial para a defesa e a

efetividade das políticas públicas, sobretudo aquelas destinadas à população mais pobre e vulnerável. Salários dignos, condições adequadas de trabalho, estrutura institucional e investimentos contínuos são fatores determinantes para que o combate ao trabalho escravo avance de forma consistente.

As denúncias de violações de direitos humanos podem ser feitas por meio do Disque 100, além de WhatsApp, Telegram e videochamadas em Libras para pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Após o registro, os casos são encaminhados a órgãos como conselhos estaduais, Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), delegacias e Ministérios Públicos.

O aumento das denúncias reforça que o problema persiste, mas também evidencia que, quando os serviços públicos funcionam e chegam aos territórios, o silêncio é quebrado. Fortalecer o Estado, investir em servidores e ampliar políticas públicas não é apenas uma escolha administrativa, mas uma estratégia fundamental para erradicar práticas que ferem a dignidade humana e aprofundam a desigualdade social no Brasil.

Com informações repassadas pela CUT.



## Dieese evidencia efeitos da política de "austeridade fiscal" no salário mínimo

Em nota técnica divulgada no final de 2025, o Dieese destacou impactos do novo valor do salário mínimo no Brasil, reajustado para R\$ 1.621,00 a partir de 1º de janeiro de 2026. Apesar de um aumento nominal de 6,79% e a retomada de uma política de valorização que combina inflação (INPC) e crescimento do PIB, o resultado final revela os efeitos concretos da manutenção de uma política de "austeridade fiscal", que impõe teto ao ganho real e limita o alcance social da política.

O reajuste considera a inflação de 4,18% (INPC até novembro de 2025) e um aumento real de apenas 2,5%, apesar de o PIB de 2024 ter crescido 3,4%. Segundo observa o Dieese, isso ocorre porque o arcabouço fiscal (Lei Complementar nº 200/2023) limita o crescimento das despesas primárias da União, impedindo o repasse integral do crescimento econômico ao salário mínimo.

Esse impacto não é pequeno. Cerca de 61,9 milhões

de pessoas têm rendimentos referenciados no salário mínimo. Com o valor definido em R\$ 1.621,00, o incremento de renda na economia será de R\$ 81,7 bilhões. Caso ainda vigorasse a regra anterior, que permitia o repasse integral do crescimento do PIB, o piso nacional chegaria a R\$ 1.636,00, ou seja, R\$ 15,00 a mais, gerando um acréscimo de R\$ 93,7 bi na renda, e R\$ 12 bi a mais circulando na economia.

Na prática, trata-se de um corte de gastos feito diretamente no bolso da população trabalhadora, sobretudo a de menor renda, que depende do salário mínimo para sobreviver e movimentar o consumo local. No setor público, na esfera municipal, a participação dos servidores que recebem até 1 SM é de 10,72%.

Esse ajuste contrasta com outras despesas que seguem fora de limites rígidos, como o pagamento de juros da dívida pública, as emendas parlamentares bilionárias e as desonerações fiscais concedidas a grandes empresas e setores econômicos.

A nota técnica do Dieese

lembra que o salário mínimo é uma das políticas públicas de maior alcance social do país, influenciando salários, aposentadorias, benefícios assistenciais e o mercado de trabalho como um todo. Sua valorização histórica, especialmente entre 2004 e 2014, foi decisiva para reduzir desigualdades, combater a pobreza e fortalecer o mercado interno. Limitar essa política significa frear um dos motores mais eficazes de crescimento com inclusão social.

Apesar do impacto fiscal, parte relevante do aumento do salário mínimo retorna ao próprio Estado por meio da arrecadação tributária, impulsionada pelo maior consumo. Ainda assim, o novo arcabouço fiscal prioriza a contenção de despesas sociais, enquanto preserva mecanismos que favorecem o rentismo e a concentração de renda. Por isso, para, de fato, incluir a classe trabalhadora no orçamento público, essa política de "austeridade fiscal" precisa mudar!

Fonte: Condsef